

PROJETO DE LEI N.º 40, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de um Agente Comunitário de Saúde para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Município de Mato Castelhana poderá efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º O Poder Executivo está autorizado a contratar por tempo determinado, 01 (um) Agente Comunitário de Saúde, nos termos do inciso IX, art. 37, da Constituição Federal brasileira e art. 232, da Lei Municipal n.º 246, de 28 de novembro de 2001, conforme dados a seguir:

Denominação da Categoria Funcional	N.º de Contratações	Carga Horária Semanal	Padrão Salarial	Valor R\$
Agente Comunitário de Saúde	01	40 horas	05	R\$ 1.329,24

§ 1º As atribuições do profissional contratado são as consignadas no cargo efetivo criado na Lei Municipal n.º 226, de 27 de abril de 2001 e alterações na Lei Municipal n.º 653 de 10 de abril de 2015, observadas as suas alterações.

§ 2º A contratação será pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 3º A contratação a que se refere a presente Lei, poderá ser rescindida a qualquer momento se atendida a demanda organizacional ou ao interesse público.

Art. 4º Para atender preceito e cumprimento da Legislação Municipal, o servidor contratado, nos termos desta Lei, ficará vinculado ao Regime de Previdência do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, tendo direito, além da remuneração indicada no art. 1º, a adicional de insalubridade e/ou periculosidade, em caso de identificação de agentes insalubres ou nocivos por meio de laudo técnico.

Art. 5º Para fins de atendimento das disposições da presente Lei fica autorizada a abertura de crédito adicional, a ser efetivado através de Decreto do Executivo e por transposição de dotações.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 7º As disposições da presente Lei ficam inclusas nas Leis do PPA e LDO, em vigor.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MATO CASTELHANO, 11 DE ABRIL DE 2017.

JORGE LUIZ AGAZZI
Prefeito Municipal

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N.º 40, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

O Poder Executivo encaminha para apreciação do Poder Legislativo, **requerendo caráter de urgência, nos termos do art. 77, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal**, projeto de lei que autoriza a contratação de Agente Comunitário de Saúde.

O projeto de lei autoriza a contratação de um agente comunitário de saúde para substituir a agente Lucila Maria Graboski, em razão de licença interesse concedida para a mesma. Assim, é necessária a contratação de agente comunitário de saúde para ocupar o cargo.

Contando com a habitual atenção e compreensão do Egrégio Poder Legislativo, esperamos a aprovação do referido Projeto de Lei.

Mato Castelhana, 11 de abril de 2017.

JORGE LUIZ AGAZZI
Prefeito Municipal